



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

FLORESTAN FERNANDES E O COMPROMISSO POLITICO DO SOCIÓLOGO

Adriany dos Santos Martiniano Borges

Fabício Antonio Deffacci

RESUMO

Esta pesquisa estava sendo realizada para analisar a função social da ciência e o compromisso político do sociólogo no pensamento de Florestan Fernandes, tendo como intuito do projeto, Indicar o contexto histórico, social, econômico e político responsável por influenciar o pensamento de Florestan Fernandes, principalmente após a década de 1950; Mapear o conjunto da obra do autor, destacando aquelas que convergem para a temática pretendida na pesquisa; Compreender os principais conceitos que sustentam a concepção de atuação política do sociólogo em Florestan Fernandes; Caracterizar o significado da atuação política do sociólogo diante das contradições sociais erguidas na modernidade.

Palavras-Chave: *Florestan Fernandes, Intelectuais, compromisso político.*

INTRODUÇÃO

A obra de Florestan Fernandes pode ser caracterizada por seu ecletismo, tanto do ponto de vista teórico-metodológico quanto do ponto de vista dos objetos empíricos e teóricos por ele abordados. Embora não tenha se dedicado exclusivamente ao tema da instituição científica enquanto uma arena social específica, Florestan Fernandes apresentou, no decorrer de sua obra, uma especial preocupação com tal temática. Nesse sentido, torna-se pertinente o resgate deste debate por hora fragmentado, com o objetivo de dar unidade às suas concepções dispostas em diferentes obras: *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*; *A sociologia numa era de revolução*; *Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*; *Ensaios de sociologia geral e aplicada*; *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*.

O ponto de convergência destas obras, em conformidade com a abordagem central deste artigo, situa-se na transição de uma forma inerte de sociologia para outra caracterizada por uma forma de atuação crítica, uma nova sociologia formulada a partir da década de 1960. Para tanto, Florestan Fernandes caracterizaria os papéis sociais que deverão constituir e orientar a prática de investigação sociológica, os quais funcionariam como mecanismos de proteção e de ataque na atuação comprometida do intelectual para com a realidade social. Sob a lógica da proteção, o intelectual na sociologia crítica de Fernandes deve tomar consciência das forças sociais que obstruem o pensamento crítico, mantendo-se distante de uma possível filiação aos ideais históricos materiais e psicossociais paralisantes. Sob a lógica do ataque, o intelectual deve orientar o pensamento sociológico para a demonstração das contradições e dos conflitos provenientes de uma ordem social cujos comportamentos, valores, tradições e organização social favorecem a manutenção da desigualdade social e do poderio de controle das classes historicamente privilegiadas sobre os demais setores sociais. É sobre este tema que a questão científica assume um valor central nas obras de Fernandes.

É nesse mesmo sentido que a noção de mudança social possui caráter central na reflexão sobre a ciência presente no pensamento de Florestan Fernandes, sendo exatamente na mediação desse processo que o sociólogo deve atuar, enquanto sujeito histórico privilegiado: a ciência, a sociologia e o sociólogo devem orientar a dinâmica de mudança social de forma a impedir que a mesma seja controlada pelas classes dominantes e pelas forças conservadoras. Em outras palavras, trata-se de possibilitar que a síntese histórica ocorra efetivamente, não em mera aparência, mas em sua essência, tendo a atividade científica uma função histórica fundamental na revelação da verdade histórica. É necessário romper, portanto, com o ciclo de dominação, com aquele circuito fechado, que acarreta na renovação sistêmica de uma ordem de dominação estabelecida, que cria um circuito de poder através de novos canais sociais, inclusive através da legitimação de uma prática científica inerte, corrompida e castrada, incapaz de enxergar os princípios básicos de uma reprodução histórica que faz com que a própria ciência seja absorvida pela ordem social estabelecida.

Em se tratando do aspecto político, antes de ser um cientista, o sociólogo deve ser compreendido como um cidadão, como um sujeito histórico que, inserido no mundo, poderá conduzir a sociedade a uma nova condição social. Logo, a ciência emerge como meio para a obtenção de um fim emancipatório. Quebrar-se-á, assim, a estática de uma ordem social mitológica, em prol de uma dinâmica de caráter mais justa e equilibrada. De acordo com este fio condutor central, o presente trabalho está encadeado em três momentos. Em primeiro lugar será apresentada a função social da sociologia e o entrave gerado dentro de um contexto nacional marcado pelo patrimonialismo, o que teria ocasionado a paralisia do pensamento sociológico em sua força crítica. Em segundo lugar, analisa-se a perspectiva epistemológica de Florestan Fernandes, que procura resgatar o aspecto crítico na formatação de uma nova sociologia, a qual apresenta-se indissociável da ação política do sociólogo enquanto intelectual comprometido com o processo histórico-social. E, por fim, destaca-se a posição do intelectual vinculada ao pensamento crítico, que deve estar apto a equacionar os conflitos em um cenário de crise social. Tal crise apresenta-se em dois campos integrados: na dimensão material da vida social e na dimensão das mentalidades sociais ou no nível psicossocial, que no âmbito do pensamento procuram paralisar a mudança social como meio de cristalizar as formas de dominação em andamento. Cabe ao intelectual, portanto, a orientação da mudança social em um estágio de crise generalizada.

“O sociólogo não possui um laboratório” (FERNANDES, 1977, p.179). A afirmação de Florestan Fernandes parece simples e sem maiores implicações, mas revela o aspecto central das ciências humanas, cuja ambiguidade poderá assumir a forma de obstáculo à realização científica ou, então, em uma virtude singular. Trata-se, pois, de uma questão epistemológica e política, quando situamos a sociologia em um ambiente científico e social que reconhece a validade dos resultados sistemáticos mediante a experimentação, própria dos procedimentos das ciências da natureza. De acordo com Florestan:

A maior dessas dificuldades surge de um fato simples: o sociólogo está sujeito às normas e aos critérios experimentais do saber científico, mas ele não dispõe dos meios e das facilidades experimentais de descoberta e de verificação da verdade. [...] O ponto de vista científico enlaça o sociólogo em uma verdadeira *condição humana*, da qual ele não pode escapar sem ‘trair’ as normas e critérios científicos de observação e de interpretação da vida em sociedade. Quando ele ignora essa condição humana – ou se subtrai a ela por omissão – sua contribuição sociológica poderá ser o que se quiser, menos uma sociologia científica (FERNANDES, 1977, p.179).

Essa *condição humana* do cientista social eleva a tensão de sua atividade com a sociedade, o seu objeto por definição, sendo ela o limiar responsável pelo reconhecimento da validade axiológica da atividade sociológica enquanto atividade científica. Não o permite ‘autocoisificar-se’ para fora da realidade social, enquanto prática de experimentação científica. Por conseguinte, a interpretação em sociologia se coloca próxima daquilo que seriam as concepções ideológicas, o que em um viés positivista, e comprometido com a neutralidade axiológica, o cientista social deveria evitar. Contudo, partindo do pressuposto de que a ciência é uma instituição social que se relaciona diretamente com as demais esferas do mundo social, a sociologia assume caráter singular por ser condição chave para a união entre experimentação sistemática e experimentação do mundo da vida. Florestan Fernandes procura avaliar a introdução da sociologia em território nacional e sua forma característica de pensamento social produzida, portanto, em correspondência com os condicionantes históricos do contexto social brasileiro. Nesse sentido, dois fatores contrários à gestação da sociologia no Brasil seriam identificados: 1) os que emanavam da incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do pensamento racional; 2) os que provinham das resistências culturais do meio aos fundamentos da concepção científica de mundo.

Diante desta tipologia, emerge o problema da *fidelidade manifesta*, ou seja, uma condição humana de fato condicionada ao espírito de uma época. No Brasil, Fernandes coloca em questão a permanência da ordem patrimonial, isto é, dos interesses sociais, políticos e econômicos das grandes famílias e da dominação senhorial hegemônica na nova ordem social em processo de desenvolvimento. Em seu estágio inicial, a ciência no Brasil caminhou em um universo social regulado pela *dialética do senhor e do escravo*. Nesse sentido, necessitou-se, para a introdução de uma forma de pensamento científico no Brasil, de um processo de *mudança social* capaz de transformar os aspectos sócio-culturais que seriam incompatíveis com uma ordem capitalista industrial associada a um tipo particular de racionalidade. Em se tratando deste tipo particular de racionalidade, Florestan aponta para o contexto social europeu na era moderna, reconhecendo dois fundamentos sociais que se colocavam como condições elementares para o desenvolvimento da racionalidade científica. Em primeiro lugar, “[...] um *processo de secularização* de atitudes e do modo de compreender a natureza humana, a origem ou o funcionamento das instituições, e os motivos do comportamento humano.” (FERNANDES, 1977, p.31). Em segundo, “[...] um processo de racionalização que projetou na esfera de ação coletiva a ambição de conhecer, explicar e dirigir o curso dos acontecimentos, das relações dos homens com o universo às condições de existência social.” (FERNANDES, 1977, p.31). A combinação de ambos os processos permite a compreensão do pensamento racional moderno enquanto *fermento social*.

Em decorrência, Florestan Fernandes afirma que o pensamento racional moderno, fundador de um tipo específico de ciência, deve ser entendido e compreendido como fator de propulsão da *dinâmica de vida social*, atravessando a unidade psicossocial presente nas coletividades sociais. Segue-se a isso uma dinâmica de comportamentos sociais responsável pelo estabelecimento de conexões de sentido necessárias para a projeção de um modelo de ciência portador de uma função social, cujos sujeitos epistemológicos, sociais e políticos seriam os intelectuais, comprometidos social e epistemologicamente com as suas respectivas situações sociais e papéis históricos.

A principal característica dessa condição fundamental para a existência de um estilo de pensamento racional moderno é a possibilidade de que a sociologia pudesse ser sustentada por um condicionante pragmático-normativa. Tal condição encontra-se direcionada tanto para a orientação dos processos de mudança no plano da sociedade quanto para a coordenação dos processos de mudança no plano teórico-metodológico, de sua auto-validação epistemológica. Logo, a sociologia torna-se campo fundamental para a compreensão das singularidades de sociedades periféricas, como o caso latino-americano e dos demais países que pudessem apresentar algum tipo de modernização periférica. De maneira semelhante, a sociologia assume um lugar privilegiado no processo de ruptura entre a nova ordem moderna e a ordem anteriormente estabelecida, conforme considera Florestan:

A primeira etapa dessa transformação foi alcançada culturalmente quando o pensamento racional pôde libertar-se dos controles sociais, que confinavam sua influência aos imperativos morais ou religiosos e aos interesses sociais ou econômicos da ordem social estabelecida. A segunda etapa, quando o pensamento racional passou a ser aplicado, sistematicamente, à crítica dos fundamentos dessa ordem racional: 1) inicialmente, aos fundamentos do direito natural, da vida religiosa, da atividade econômica, etc., considerados como esferas culturais da sociedade; 2) em seguida, à própria organização da sociedade como um todo. É nesta etapa que a sociologia se constitui e que a idéia de aplicar o método científico à explicação da vida humana em sociedade adquire uma significação precisa (FERNANDES, 1977, p.32).

Diante do problema da *fidelidade manifesta* – no caso brasileiro o embate entre o pensamento livre e a ordem patrimonial estabelecida – e da conseqüente necessidade de ruptura social, por meio de um processo de mudança capaz de projetar no âmbito sócio-cultural uma nova racionalidade científica, o cientista social deixa de ser apenas um sujeito epistêmico para assumir uma nova posição social, igualmente científica e política, ou seja, o sociólogo enquanto um *sujeito histórico*. Nesse sentido, o cientista social estará imbuído da tarefa de criar e de conduzir um projeto amplo de mudança social direcionado para um duplo movimento de superação: a superação das limitações epistemológicas de um pensamento científico condicionado por princípios universais não conectados com uma determinada condição histórica e a superação da organização social, das estruturas social, institucional e psicossocial responsáveis pela sustentação de uma fazer científico não comprometido com as necessidades históricas de uma sociedade, direcionando a atividade científica para um patamar em que possa ser realizada enquanto verdade histórica. Antes de somente ser um sujeito epistêmico, o cientista social, dotado de uma condição humana, portanto, é um cidadão cientista, cujo comprometimento histórico pode ser traduzido por seu papel histórico diante da mudança social e cultural alavancados por sua posição epistemológica privilegiada. No caso da introdução e do fortalecimento do pensamento científico no Brasil, o processo de mudança social, conforme pontual Fernandes é de caráter singular e, por isso também, problemático.

Florestan Fernandes destaca o que pode ser classificado como um processo de mudança social dentro da ordem, ou seja, a permanência de certas características sociais ainda associados com a organização de uma sociedade patrimonial. Trata-se, novamente, de um movimento de mudança coordenado e controlado pela aristocracia rural brasileira. De certo modo, Fernandes destaca uma contradição interna presente no movimento de mudança e de difusão de um tipo particular de racionalidade. Em outros termos, Fernandes destaca a existência de anteparos sociais responsáveis pela absorção e pela desvirtuação do real devir da atividade científica: a superação de suas contradições internas e da superação das contradições históricas. Porém, gradativamente esse quadro societário é alterado e certo grau de autonomia surge em meio à sociedade. Observa-se, por exemplo, a criação de museus (o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Museu Paulista, em São Paulo, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, assim como o Instituto Histórico e Geográfico Nacional) e de institutos de pesquisa (as escolas de medicina, voltadas para um saber técnico e aplicado), aspectos que favoreceram a disseminação de uma forma preliminar de pensamento científico no Brasil (SCHWARCZ, 1995; SCHWARTZMAN, 2001; MOTOYAMA, 1979; AZEVEDO, 1994). Trata-se de uma certa oxigenação da atividade intelectual do país, mas, mesmo que mais dinâmica, pouca funcionalidade parece ter no desenvolvimento de um universo de pensamento livre e libertador. A compreensão da organização social como esfera cultural condicionante da ciência, portanto, aparece como um elemento *sine qua non* para o processo de introdução do pensamento científico no Brasil, especialmente no movimento de recepção do pensamento sociológico décadas depois. Quanto ao elemento psicossocial, de acordo com Florestan,

[...] as fontes de incompatibilidade da explicação racional do mundo com sentimentos, ideias, interesses e valores consagrados socialmente vão perdendo, com relativa rapidez, seus pontos de apoio na vida social organizada. Essa tende, ao contrário, a fazer pressão em favor do recurso crescente: a) a concepções secularizadas da existência e do comportamento humano; b) a explicações racionais da atividade econômica, política e administrativa; c) à exploração regular, teórica e prática, de técnicas e de conhecimentos científicos. A civilização emergente é uma civilização industrial e urbana. Seus componentes nucleares mais ativos são a tecnologia e a ciência. Os próprios problemas sociais que se apresentam no presente, não podem mais ser resolvidos pelo arbítrio de um chefe ou por intermédio de técnicas tradicionais. Eles exigem manipulações de maior complexidade e contribuem, por isso, para a expansão da civilização em emergência, industrial e urbana (FERNANDES, 1977, p.36-37).

Com relação ao plano da estrutura social, temos que:

A evolução do regime de classes assumiu, no Brasil, os padrões dinâmicos de um desenvolvimento desigual, heterogêneo e de ritmo instável. Somente nas regiões em que a expansão urbana e a industrialização aceleraram o processo é que a divisão do trabalho e a diferenciação social se fizeram sentir com alguma intensidade. Nessas regiões, ocorreram alterações simultâneas na estrutura social e na organização da cultura, que condicionaram a transformação da sociologia em uma especialidade. [...] Na esfera da estrutura social, precisam ser apontadas três transformações paralelas, cujas conseqüências são evidentes. Primeiro, a transição para o regime de classes sociais está se processando de modo a alterar o antigo sistema institucional. Os efeitos da divisão do trabalho e da especialização repercutem intensamente nas formas de diferenciação social e de organização das atividades humanas. [...] Segundo, ao processo de institucionalização das atividades de ensino, de pesquisa ou de aplicação, relaciona-se a formação de *status* e papéis sociais, que dão suporte estrutural à transformação da sociologia em especialidade. [...] Terceiro, a institucionalização das atividades de ensino e pesquisa provocou a organização em novas bases das tarefas de produção sociológica e a constituição de um público consumidor *orgânico* (FERNANDES, 1977, p.36 38-39).

Os trechos aqui selecionados e citados, referente à edição de 1977 do livro “A sociologia no Brasil”, foram redigidos durante o ano de 1956. Observa-se o tom crítico em tais escritos, mas um tom de certa forma otimista com relação ao desenvolvimento de mudanças sociais gerais no país, mudanças essas que seriam motivadoras da instauração de uma nova ordem social, sobretudo no que se refere à ruptura com a ordem social patrimonialista, e, de fato, do pleno desenvolvimento de um estilo de pensamento livre, comprometido com a mudança social e descomprometido com os anteparos sociais responsáveis pela desvirtuação do pensamento livre e libertador. A questão colocada por Florestan Fernandes pode ser analisada de maneira dicotômica: “esse cenário acarreta uma mudança que gera permanência ou que produz uma real ruptura com a ordem estabelecida?”. Dito de outra maneira haveria entre os dois extremos de seu pensamento uma situação singular, onde o ‘passado’ parece adentrar e colonizar o presente sob a forma de uma organização que mantém o *status quo* dos estratos sociais historicamente privilegiados na sociedade brasileira. O tom de escrita de Florestan é drasticamente modificado após os eventos políticos ocorridos em 1964, fazendo com que certos posicionamentos políticos e epistemológicos fossem revistos e radicalizados. Sua nova sociologia torna-se ‘ácida’ com o objetivo de conscientizar a sociedade brasileira sobre a sua atual condição, onde claramente o passado parecia viver no presente, até mesmo no futuro. Aliás, esse parecia ser o grande problema para as suas reflexões: como conduzir o desenvolvimento da sociedade brasileira?

Metodologia

Para buscar analisar o compromisso político que o sociólogo deve assumir a partir da concepção de sociologia formulada por Florestan Fernandes será realizado a partir da leitura das obras de Florestan Fernandes pertinentes à investigação proposta, conforme expostas na bibliografia. Além disso, foram utilizados subsídios analíticos dos comentadores, em parte já apresentados na bibliografia, que constitui na ampliação com novas pesquisas bibliográficas. Na sequência, os conceitos obtidos com base na leitura e fichamento dos textos ocorreram por um processo de análise isolada e comparada tanto na relação com os demais conceitos dentro do pensamento do autor.

Resultados Alcançados /Discussões

As leituras das bibliografias mencionadas mostram que se encontra nas obras de Florestan Fernandes uma contribuição fundamental para a teoria sociológica, estando presente em toda produção intelectual a perspectiva crítica, o ensino, a conferência, o debate público, questionando o real e o pensado. Ao submeter à teoria crítica apanha diferentes perspectivas dos grupos e classes que compõem a maioria dos povos Brasileiros, sendo esses índios, negros, imigrantes, escravos e livres, trabalhadores da cidade e do campo, foram as próprias condições sociais, que surgiu as ciências sociais que se viu afrontada com as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, diversidades e antagonismos, contradições das sociedades de classes que estavam em expansão. Essas perspectivas oferecidas pela sociedade brasileira ofereceram subsídios para que Florestan Fernandes pudesse levar seus escritos teóricos e históricos, baseados em possíveis reflexões crítica abertas por Comte, Durkheim, Spencer, Sombart, Weber, Mannheim, Merton, Tonnies entre outros escritores.

Aonde Florestan se conduz para o contexto social europeu na era moderna, reconhecendo dois processos que se colocam como condições elementares para o desenvolvimento da racionalidade científica. Em primeiro lugar, “[...] um *processo de secularização* de atitudes e do modo de compreender a natureza humana, a origem ou o funcionamento das instituições, e os motivos do comportamento humano.” (FERNANDES, 1977, p.31). Em segundo lugar, “[...] um processo de racionalização que projetou na esfera de ação coletiva a ambição de conhecer, explicar e dirigir o curso dos acontecimentos, das relações dos homens com o universo às condições de existência social” (FERNANDES, 1977, p.31). A combinação de ambos os processos permite a compreensão do pensamento racional moderno enquanto *fermento social* que permite questionar muito a sociologia clássica, e moderna e resgatar os seus conteúdos críticos.

Florestan adotava a ciência e a tecnologia como unidades empíricas de explicação. Sendo esses dois elementos os principais fatores condicionantes dos comportamentos sociais, em plena concordância com a estrutura de mundo liberal, que surgia no Brasil no século XX. Partindo assim da hipótese de que ciência é uma instituição que se relaciona com as demais instituições Florestan procura então fazer uma avaliação à introdução da sociologia em território nacional e sua forma característica de pensamento social que já vinham sendo construída do contexto social brasileiro, para a introdução de uma forma de pensamento científica no Brasil, seria necessário um processo de mudança social capaz de modificar os aspectos socioculturais incompatíveis com uma ordem capitalista industrial interligada.

A mudança social, corrompida, surge quanto existe um meio privilegiado e esse possui controle da manutenção do poder social de grupos dentro da sociedade brasileira. Com isso a ciência se torna insuficiente para resolver o conflito entre teoria e *práxis* sob o significado de sua função social.

Cabendo assim um posicionamento crítico: se a ciência é um campo de técnica de reprodução e de aplicação a-crítica de métodos e de teorias sendo socialmente dependente, porque, pensá-la como um complexo teórico sem ligação direta com os conflitos sociais, sendo assim a sociologia poderá dar conta da compreensão da realidade brasileira?

A primeira questão crucial, neste balanço, consiste na relação entre ciência e civilização. A chamada civilização industrial é apresentada, mesmo por seus críticos menos dogmáticos, como um subproduto da ciência e da tecnologia científica. Todavia, o que define a 'civilização industrial', sob o capitalismo, não é a força revolucionária da ciência e da tecnologia científica, propriamente ditas, mas o controle burguês do poder e, em consequência, daquela força revolucionária. A ciência e a tecnologia científica foram, pura e simplesmente, transformadas em fatores da produção capitalista e da reprodução da ordem social burguesa. Ou seja, o seu aproveitamento foi contido em limites que não se estabeleciam em função da ciência e da tecnologia científica, mas dos requisitos estruturais e dinâmicos inerentes ao capitalismo e ao fortalecimento do seu regime de classes sociais. Ambas ficaram prisioneiras de um circuito histórico que castrou a ciência e corrompeu a tecnologia científica, reduzindo as suas potencialidades revolucionárias às inovações que podiam ser absorvidas pelas relações de produção capitalista e por seu sistema social de poder. (FERNANDES, 1977, p.128)

Após os anos 60 em uma avaliação sobre a sociologia no Brasil, a ciência e tecnologia foram adulteradas e talhadas pelo movimento do caráter histórico deste modo

Florestan Fernandes elabora duas categorias que apontam à distinção de dois tipos concebíveis de sociólogos, com base no comportamento teórico metodológico: o *investigador* e o *funcionário*. Deste modo Florestan atuava para que houvesse uma mudança no sentido da ação social do intelectual, que esta associada ao comportamento do cientista social.

Segundo ele, ao atingir o referido patamar, a nação emergente ganha condições intelectuais para negar e superar os laços visíveis ou invisíveis da dependência cultural em relação ao exterior. (Fernandes, 1979, p. 248).

Sendo que uma vez que a ciência e a tecnologia foram precarizadas por uma organização estatal de poder burguês, deste modo esgotasse as características de função social e de capacidade de contestação. Em contrapartida o instrumental teórico e metodológico da ciência aparece junto a um mecanismo ativo a perpetuação do poder de uma determinada classe esse elemento categórico para a ciência foi obtido através da defesa e da manutenção da ordem social estabelecida.

A definição de sociologia crítica tem como consequência a intervenção do intelectual sobre a realidade, Ainda que não seja esse o objetivo central, mas está presente enquanto problemática a ser debatida, se torna um tema central, e a distinção entre o investigador e o funcionário. Referindo-se ao o posicionamento que deve ter uma atividade científica e sociológica: adequando os procedimentos teóricos e metodológicos sem questioná-los, de modo que o conjunto de idéias inéditas não ocasione uma ruptura com a ordem social vigente, mas em sua manutenção indiscriminada.

Segundo Wright Mills (1972) a sociologia é, um estilo de vida, onde biografia e obra se fundem em um processo contínuo de compreensão e de vivência da realidade.

[...] a erudição é uma escolha de como viver e ao mesmo tempo uma escolha de carreira; quer saiba ou não, o trabalhador intelectual forma o seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição de seu ofício; para realizar a sua potencialidade, e as oportunidades que lhe surgem, ele constrói um caráter que tem, como essência, as qualidades do bom trabalhador. Neste sentido, o artesanato é o centro de si mesmo, e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupe. (MILLS, 1972, p.212)

O “[...] sociólogo deve estar preparado para produzir o conhecimento sociológico necessário ao entendimento e à transformação da ordem existente.”

(FERNANDES, 1977, p.132). Tarefas científicas se impõem de modo direto e imediato, de acordo com Florestan.

O sociólogo está sujeito a normas e critérios experimentais do saber científico, mas não dispõe dos meios e das facilidades experimentais onde o ponto de vista o prende a uma condição humana da qual não pode escapar sem trair as normas e critérios científicos de observação de interpretação de vida em sociedade quando se ignora essa condição humana ou se subtrai a ela por omissão sua contribuição sociológica poderá ser o que quiser menos uma sociologia científica. Essa condição humana do cientista social eleva o seu comprometimento de sua atividade com a sociedade, onde o sociólogo participara de uma realidade social enquanto pratica uma experimentação científica tendo como consequência suas interpretações se colocam próximo de concepções ideológica e tendem a ficar comprometida com a neutralidade sendo isso que o cientista social deve evitar.

Não basta os cientistas sociais tomarem a dianteira de um processo histórico de mudança social, antes de se recuperar o andamento da história social de um país cabe ao sociólogo outra função importante. A crise do pensamento que faz com que o sociólogo retome a própria sociologia de forma crítica intelectual e como forma de pensamento científico com isso se tem a primeira função do intelectual.

[...] repô-la dentro dos quadros teóricos adequados a presente situação histórica e ao futuro que já pode ser previsto, mesmo sem qualquer imaginação sociológica. E malgrado nossa propensão colonial ao europeucentrismo, é na periferia no mundo capitalista e nos países socialistas que terá de germinar, aos poucos, sob a pressão dos fatos, essa *nova sociologia*. (FERNANDES, 1977, p.134)

Em um período de crise e de possível arrasamento da ordem estabelecida, o sociólogo tem um papel específico, de acelerar o desmoronamento da barreira social que impede a história de realizar sua síntese. O sociólogo deve ser inteligente o suficiente para fazer seu trabalho sem se alienar e sem concordar com a dominação burguesa, ou deixar seus interesses materiais ou políticos falarem mais alto. E de extrema importância a condução de um processo de mudança social, voltada a um processo de fortalecimento de democratização, igualdade fazendo com que seja de fácil entendimento a praticada sociologia.

Todos os papéis do sociólogo unidos funcionam como mecanismo de proteção e de ataque fornecendo subsídios para que o sociólogo possa seguir cuidadosamente e

assim torná-lo um importante personagem da historia social brasileira com capacidade de avaliar criticamente uma farsa impedindo que ela se torne em uma tragédia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa breve retrospectiva histórica pude entender o compromisso político que o sociólogo deve assumir a partir da concepção de Florestan Fernandes, destacando uma nova formulação epistemológica o papel critico e o comprometimento da sociologia enquanto ciência, a qual o sociólogo em condições de intelectual acaba assumindo um lugar privilegiado de sujeito histórico e político. Tornando o pensamento de Florestan Fernandes importante para o viés político apos acontecimentos políticos que marcaram 1964 onde a ciência e seus fundamentos através do pensamento do mesmo são repensados onde a teoria deve se unir á práxis. Desse modo a sociologia emerge como sendo fundamental para o processo de mudança social no Brasil onde essa nova formulação torna-se essencial para o pensamento critico isto sendo para uma nova ciência social de caráter emancipatório.

Aonde a correlação entre teoria e *práxis* compõe a unidade epistemológica central do pensamento de Florestan. Logo cada uma sendo abordada de forma que não haja uma associação entre elas, ocasiona um grave e absurdo equivoco, particularmente no universo sócio-cultural de sociedades periféricas e com o objetivo de orientar o processo de mudança social que acarrete o desmoronamento da ordem social estabelecida. Sendo essa componente essencial de uma ciência cujo fundamento é a sociedade, historicamente comprometida com o raciocínio crítico, militante e com o objetivo de orientar o processo de mudança social que ocasione o desmoronamento da ordem social estabelecida.

Assim ciência e sociedade se fundem para que assim o sociólogo possa romper com os fundamentos de uma sociologia parada e corrompida pela dominação de classes, a onde deve surgir a sociologia como ciência tendo em sua essência o compromisso critico.

Cabendo ao sociólogo uma total dominação sobre seu processo de síntese histórica, e recuperar o pensamento critico. E assim trabalhando instituições e comportamentos psicossociais com dados no passado, onde o objetivo fundamental do sociólogo é promover uma nova forma de racionalidade, dependente e livre da ordem

social opressora que destrói de varias maneiras o método de imaginação sociológica. Tornando-se assim uma parte importante da sociologia de Florestan Fernandes que se concentra na pesquisa e interpretação das condições e possibilidades de transformação sociais, inaugurando assim um novo estilo de pensamento sobre configurações e movimentos da sociedade onde se permite conhecer o presente, repensar o passado e imaginar o futuro.

Tendo em vista as concepções e conhecimentos adquiridos, daremos inicio ao novo trabalho “O COMPROMISSO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS: UMA ABORDAGEM DO DCE/UEMS”. Que terá como objetivo caracterizar a atuação da sociologia na formação política da juventude em meio ao espaço político do Diretório Central dos Acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (DCE/UEMS).

REFERÊNCIAS

ADORNO, THEODOR. W.; HORKHEIMER, MAX. *Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos*. Rio De Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

AZEVEDO, Fernando (org). *As ciências no Brasil*. (2 vol.). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979b. (Biblioteca de Estudos Latino-Americanos, v. 1)

_____. *A sociologia numa era de revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FLORESTAN, Florestan; LAZARTE, Rolando. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1972.

MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil* (3 Volumes). São Paulo: EDUSP, 1979.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *Florestan Fernandes* . Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério de Ciências e Tecnologia, 2001.